

José de Souza Martins

Em fuga ou em busca?

Notas sobre a “segregação” no modo de vida da metrópole

Foi-nos enviada uma pergunta e três desdobramentos. A pergunta: “É o conceito de segregação pertinente para entender a realidade metropolitana (a referência fundamental são as metrópoles brasileiras, tendo como pano de fundo as metrópoles latino-americanas)?”. Os desdobramentos dizem respeito à aceitação da pergunta e da hipótese que ela contém. Não se propôs uma hipótese alternativa nem há desdobramentos para a hipótese contrária, de que segregação não é conceito, neste contexto, ou ao menos não é “conceito” pertinente.

Sou pela hipótese contrária, de que as formas de diferenciação na ocupação e uso do espaço nas metrópoles brasileiras que se distinguem pela particularização no acesso às moradias não podem ser definidas como segregação.

Se o que se tem em mente é São Paulo, pelo que tudo indica, mais complicado é o tema da segregação espacial. A metrópole é constituída por uma secular superposição de estratos histórico-sociais que, a seu modo, representam particularizações espaciais de diferentes datas, diferentes características, diferentes funções, diferentes modalidades de convivência e de ocupação do espaço, diferentes mentalidades. Até diferentes sotaques e costumes.

Há na cidade uma pluralidade de agrupamentos sociais que são justamente a sua característica mais visível e, não raro, até mesmo a mais apreciada. Quase todos esses agrupamentos desenvolveram técnicas sociais protetoras da própria identidade. Técnicas em que ficam visíveis e são facilmente reconhecíveis elementos de identificação que, mais do que fazer deles grupos de segregação, fazem deles grupos de identificação. Penso nos espaços claramente demarcados das festas italianas, cada qual com uma identificação regional pré-italiana e uma devoção própria da regionalidade de origem dos imigrantes, bisavós dos moradores atuais: San Gennaro, na Mooca, dos napolitanos; San Vito Martire, no Brás, dos barese di Polignano-a-Mare; Madonna Achiripita, no Bexiga, dos calabreses; Madonna de Casaluce, na divisa do Brás com a Mooca; San Gaetano di Thiéne, a mais antiga, em São Caetano do Sul, no subúrbio, dos vênets.

Mas posso pensar também nas ocupações e demarcações invasivas e agressivas do espaço, no caso dos camelôs ou dos traficantes de drogas. E também posso pensar na hostilidade e vedação do espaço de certos pontos da cidade a imigrantes latino-americanos recentes, como é o caso dos bolivianos, expulsos pelos moradores de uma praça do bairro do Pari, onde se encontravam nos domingos, trocavam notícias, vendiam alimentos típicos e artesanato típico, tocavam e dançavam danças típicas.

Em todos esses espaços há barreiras notórias e algumas vezes até agressivas, que interditam o acesso aos estranhos. Penso nas favelas, na maioria das quais o estranho não é bem-vindo e até ostensivamente hostilizado. Penso no incidente com o candidato do PSDB, na zona sul, quando foi tratado agressivamente e avisado de que a zona sul é território do PT.

Há barreiras religiosas, há barreiras de língua, há barreiras culturais de diversos tipos, barreiras simbólicas, há barreiras físicas. As cidades brasileiras pluriculturais, e a maior delas é São Paulo, nunca desenvolveram uma cultura e uma mentalidade propriamente urbanas, referidas a um pluralismo democrático na concepção e no uso da cidade, em particular de seus espaços públicos e de seus novos espaços, suas áreas de expansão. Desde o confinamento doméstico das mulheres, até o século 19, e da vigência de regras severas quanto à sua circulação pelas

ruas da cidade, formas variadas de “reclusão” têm se desenvolvido, multiplicado e regenerado na cidade.

De fato, nunca houve em São Paulo uma apropriação igualitária dos espaços públicos. A criação de diferentes modalidades de nichos habitacionais de ricos e de pobres, relativamente segregados, tem sido uma marca da cidade. Mesmo espaços legalmente públicos têm sido utilizados na perspectiva da particularização. Um bom exemplo é o Jardim da Luz, o mais antigo parque público da cidade, estabelecido no século 18. Desde então, ele já foi mercado, espaço da mais refinada elite, espaço da classe média, espaço da população lumpen da chamada baixa prostituição e dos consumidores de craque. Para se reconverter, nos últimos anos, num espaço democrático (e esse é um excelente exemplo de intervenção positiva), com as modificações na Pinacoteca do Estado, num espaço relativamente vedado aos usos degradados que teve até há pouco tempo. E isso não implicou senão em universalizar o uso socialmente positivo daquela área. O caso do Jardim da Luz parece indicar que o abandono de determinadas áreas da cidade pela população que pode usá-las como diapasão da distinção entre público e privado (e esse é também o caso do centro), contribui poderosamente para o uso degradado dessas áreas e para difusão de modalidades perversas de segregação.

História não tão bela existe em relação à praça da República, ao Anhangabaú, à Praça da Sé, à avenida Paulista e também em relação aos grandes cemitérios de São Paulo, cujos túmulos são usados como dormitórios por moradores de rua. É particularmente o caso do Araçá. Não raro o uso impróprio do bem público intimida os freqüentadores habituais e até mesmo os torna repulsivos. É o caso do uso das escadas de acesso ao monumento a Carlos Gomes, ao lado do Teatro Municipal usadas como latrina pelos moradores de rua durante a noite, quando os sanitários públicos são fechados. A cidade faz de conta que é “normal”, que não tem moradores de rua, gente que usa as ruas do centro como dormitório e que precisa de acesso a sanitários durante as 24 horas do dia.

Ou as saídas de ventilação do metrô na praça da Sé, usadas como máquinas de secar roupa por moradores de rua e os espelhos d’água usados para lavar roupa e tomar banho. O uso impróprio, a adulteração das funções desses espaços, parece marcá-los com signos estigmatizadores. Lidos como sinais de sua interdição ao típico usuário do espaço público, que não é o ocupante permanente e sim o passageiro ou o usuário temporário. Essas adulterações têm, aliás, convertido o centro em periferia e dele expulsado os usuários típicos dos espaços do monumento e da monumentalidade. Trata-se, portanto, de uma segregação ao contrário, com óbvias funções anti-urbanas na medida em que corroem as condições da universalidade que é própria dos espaços que deveriam ser compartilhados por todos e não só por alguns. Essa segregação, no meu modo de ver, faz parte do mesmo conjunto de valores e orientações que resultam na proliferação dos condomínios fechados e na opção pelos edifícios de apartamentos.

A disseminação dos chamados condomínios fechados, que parece ser o alvo preferencial da proposta, foi precedida pela difusão e multiplicação dos prédios de apartamentos, a forma seguramente mais dura de segregação que temos. Lembro-me de uma das aulas que fui dar para meus alunos de Ciências Sociais da USP, num sábado, no Cemitério da Consolação, um dos nossos mais importantes museus de arte e história, público, gratuito e de acesso livre (já fiz um documentário para a TV Cultura sobre isso). De repente, juntou-se a nós uma senhora. Disse que é moradora num apartamento de um prédio da vizinhança. Ao ver de sua janela o grupo, resolveu descer e se juntar a nós, pois sua família tem túmulo ali e ela não consegue visitá-lo porque tem medo de assalto.

Curiosamente, no mesmo dia, um filosófico morador de rua também se juntou a nós, como sempre acontece nessas minhas aulas. De manhã, ele se dirige ao cemitério para fazer sua higiene matutina: o cemitério tem banheiro limpo e bem cuidado, onde ele pode fazer suas necessidades e tomar um semi-banho de torneira (bem melhor, aliás, do que o congestionado e nem sempre muito limpo banheiro da praça da República, que tem fila de moradores de rua logo de manhã). Era jovem e culto. Acompanhou o grupo, fez perguntas, argumentou e citou autores.

Antes dos apartamentos, havia as muitas vilas e ruas sem saída que a cidade teve e ainda tem, a ponto desse tipo de conglomerado habitacional ter se transformado num ideal de moradia. Muitas falsas vilas recebendo esse nome, do mesmo modo que os jardins. Aliás, a busca de casas em velhas vilas fechadas, no centro, na área da Paulista, em Pinheiros e na Mooca parece ter aumentado ultimamente. A cultura imobiliária na cidade de São Paulo tem se caracterizado fortemente, há muitas décadas, pela invocação de um vocabulário de confinamento que fascina o imaginário dos compradores de imóveis.

Há, aliás, uma hierarquia nas formas de ocupação do espaço urbano que reflete essa história e reflete também a hierarquia de preços da renda fundiária urbana. Hoje, as formas de ocupação do solo na cidade de São Paulo são diretamente reguladas pelo preço da terra, exagerado e altíssimo, e reguladas também pela resistência ao urbano patológico das formas incivilizadas de convivência que resultam do modo tumultuado e quase que completamente desorganizado como se dá a expansão da cidade.

Pessoalmente, entendo que é completamente viesada a leitura antagônica que se faz dos condomínios fechados, só aparentemente inspirada pelo ideal de uma cidade democrática e para muitos claramente inspirada por uma visão esquerdista quase raivosa, como vi há poucos dias num manifesto do padre Alfredinho, da Pastoral dos Migrantes, e assessor da CNBB. Pôs a culpa do assassinato de moradores de rua na existência de condomínios fechados e muros de segregação. Mas não disse que relação tem uma coisa com outra.

Numa cidade que tem sido incapaz de ter um plano diretor minimamente estável, que muda a cada legislatura e a cada prefeito, por interesses nunca explicitados, é altamente compreensível que muitas pessoas queiram preservar o caráter propriamente residencial do seu lugar de moradia e vizinhança. Sendo os condomínios propriedade privada e condominial, ficam os moradores protegidos contra a irracional intromissão do poder público nas condições do morar. E conseguem dar-se aquilo que o poder público não dá, em termos de limpeza, ajardinamento e segurança.

Se há uma certa busca de segurança na opção pelos condomínios fechados, pelos condomínios semi-fechados e, mais recentemente, nas vilas condominiais da zona oeste, nas proximidades da Cidade Universitária, a reclusão não é o principal motivo, embora seja o mais destacado pela mídia e por ativistas de diferentes inspirações ideológicas. Esse fator desaparecerá quando a cidade for segura. Combater ou estigmatizar essa opção legítima é inútil no cenário de insegurança que temos. Há, certamente, outras opções prioritárias de política social em relação à cidade.

Um tema como esse mostra o quanto necessitamos conhecer melhor a cidade e sua metropolização lenta e complicada. Penso que valeria a pena passar das verificações impressionistas que em geral temos de nossas metrópoles para um melhor conhecimento do que é o modo de viver e o modo de habitar numa metrópole como São Paulo. Se há uma cultura do medo presidindo opções como a dos confinamentos habitacionais – e há –, pouco sabemos até mesmo sobre esse medo.

Uma pesquisa que coordenei, não faz muito tempo, sobre os assuntos e enredos dos sonhos dos habitantes da cidade quando dormem, mostra coisas interessantes relativas a esse medo. Não é prioritariamente o medo da mesma violência que domina a mídia. É medo da incerteza, do desconhecido, das pessoas desconhecidas, do fato de que esta cidade é um ajuntamento de estranhos de procedências muito diferentes. A diversidade assusta. O mundo de referência dos sonhadores é o mundo doméstico e eu diria uterino, no muito que casa e morada têm de uterino na cultura brasileira, o que é facilmente notado na cultura funerária e na arquitetura simbólica das casas.

Os pesadelos e os sonhos mais freqüentes dizem respeito à invasão da casa por estranhos ou dizem respeito a paredes que se tornam invisíveis expondo completamente a intimidade dos moradores. Se há “reclusão”, eu pensaria na existência de uma complexa cultura da reclusão para entendê-la. A ampla diferenciação cultural e de origens da população e o acentuado desencontro de valores e referências de pessoas e grupos parecem nos falar de uma metrópole inconstituída. Há nela traços muito curiosos da mesma conflitividade constitutiva das sociedades de fronteira, como o Oeste norte-americano do século 18 e a frente de expansão do Brasil nos anos 1970 e 80.

A cidade de São Paulo é a cidade brasileira que mais lincha, seguida do Rio de Janeiro e de Salvador. Minha pesquisa sobre esse tema cobre os últimos 50 anos. Analisados separadamente os dados para São Paulo, fica evidente que os linchamentos se concentram, nesse período, nos bairros novos. E declinam à medida que os bairros se estabilizam, o fluxo de migrantes diminui e uma certa sociabilidade de vizinhança se estabelece. Vão reaparecer nos novos bairros novos. A convivência com vizinhos desconhecidos tem sido altamente conflitiva. Desconhecidos não só como pessoas que não se conhecem, mas também como pessoas cujos valores e cujas orientações culturais não são reconhecíveis dada a diversidade das procedências e dos costumes. Os linchamentos de bairro são claramente linchamentos comunitários auto-defensivos, cujos valores de orientação são altamente familistas, religiosos e conservadores.

Em conjunto, eu veria as diferentes modalidades de “segregação” como busca e não como fuga. Eu as veria como diferentes modalidades de construção de identidades coletivas parciais de base territorial e vicinal, formas positivas de elaboração de um modo de vida urbano num cenário de grandes adversidades: falta de equipamentos urbanos apropriados ao encontro social e à construção de identidades libertas de constrangimentos e agressões físicas e mesmo simbólicas; e renda territorial urbana muito alta, que nos últimos tempos tem estimulado a partilha condominial do preço da terra, justamente em condomínios e vilas fechados.

As próprias favelas, vistas por dentro, mostram uma contradição curiosa: se os moradores tivessem tido acesso mais fácil a terrenos bem demarcados e previamente urbanizados, teriam construído as mesmas casas da favela, com outra aparência e outros efeitos sociais. Excetuados os barracos de madeira, precaríssimos e inabitáveis, as casas de alvenaria das favelas são no geral mais aceitáveis e funcionais do que outras alternativas. Há favelas e favelas, evidentemente.

Nós não temos em São Paulo e em nenhuma metrópole brasileira nada parecido com o que Terno Galván, primeiro prefeito socialista de Madri depois do franquismo, implantou com êxito: a recuperação da vida pública e dos espaços degradados como espaços de uma sociabilidade convergente e culturalmente refinada. Ele propôs as condições urbanas de uma cultura do reencontro, ressocializadora e emancipadora. Talvez na cidade do México tenhamos algo parecido. Mas já não temos isso em Santiago do Chile e mesmo em Buenos Aires.

Os espaços de segregação, no meu modo de ver, são parte de um movimento social de reencontro de bases estáveis de convivência social e de relações sociais de confiança entre as pessoas. Os grupos estáveis de referência foram destruídos ou de algum modo alcançados pela urbanização patológica, mesmo os que se consideram mais protegidos. O local de trabalho já não é o lugar de estabilidade; a família também não é; a igreja católica não é e a evangélica é, substitutiva. Desapareceram os espaços de encontro, como as várzeas, os espaços públicos, as praças. Todos são empurrados para dentro de casa.

Estamos em face de uma grande crise de valores e de uma mudança social que vai definindo aos poucos um modo de habitar, que é também modo de viver e de ser. Estamos em face de um movimento social difuso que vai propondo uma cultura urbana de adaptação a essa complicada e agressiva diversidade. Depois da São Paulo do café e da industrialização, a cidade vem sendo

reinventada a partir dos resíduos que ficaram de quando ela foi uma cidade amada. Talvez seja o caso de reler Oscar Lewis sobre o México e a cultura da pobreza.

Em São Paulo e em outras cidades brasileiras não há uma política municipal que estabeleça condições e parâmetros de uma vida urbana que seja ao mesmo tempo um convite a apreciar e desfrutar o belo e o útil da cidade, o prazer de nela viver e conviver. Há iniciativas episódicas, fragmentárias e dispersas. Não há uma definição orgânica da relação entre centro, margem e periferia. Aliás, o periferismo tomou conta da cultura política de São Paulo. Quando uma política conseqüente seria a de revitalizar e ampliar a função civilizadora do monumento e do centro. Estamos em face de uma peleja entre civilização e barbárie, e a barbárie não está nos nichos de reclusão habitacional. Certamente, não está em todos.